

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Valeska Pereira De Oliveira

ATUAÇÃO DA PEDAGOGA NO ÂMBITO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Porto Alegre
2022

Valeska Pereira De Oliveira

A ATUAÇÃO DA PEDAGOGA NO ÂMBITO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Karine dos Santos

Porto Alegre
1 semestre, 2022

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei que um dia iria me encontrar. Me permitir conhecer outros espaços da educação foi fundamental para o meu processo de formação. Demorei muito para aceitar que estava na hora de mudar e encarar novos desafios. A professora Karine acompanhou esse processo e esse desejo de vivenciar a área social. Depois de alguns meses resolvi me aventurar e aqui estou eu, agradecendo por tudo que vivi.

Sou grata a minha supervisora do estágio não obrigatório, Graziela Ransan, que sempre acreditou no meu trabalho e sempre me incentivou em tudo o que desejava executar. Ela me mostrou o verdadeiro significado de fazer aquilo que realmente amamos. Com ela descobri que uma Pedagoga é muito além da sala de aula e temos um papel fundamental e significativo nas vidas das crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Agradeço à minha orientadora Karine dos Santos, que me mostrou a Educação Social com outros olhos e que tudo que desejamos é possível. Ela foi a responsável pelo meu desejo de buscar novas experiências e, principalmente, conhecer a educação social. Uma professora impecável e inspiradora acima de tudo. Não é apenas orientadora de um TCC, mas sim, uma orientadora da vida que vibra com cada conquista alcançada por seus alunos.

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com ajuda de muitas pessoas, principalmente do meu laço familiar. Minha irmã e mãe que sempre estiveram comigo, minha avó Nair que sempre estava segurando minha mão, não me deixando desistir quando haviam obstáculos. Ao meu esposo Patrick, que sempre acreditou na minha potencialidade e foi a pessoa que me viu professora antes mesmo de pensar em seguir uma trajetória na educação.

Não posso deixar de agradecer a mim. Fui uma guerreira, uma pessoa muito dedicada em tudo que executou. Me permiti ser corajosa e encarar toda minha graduação com todos os desafios possíveis. A caminhada não foi fácil e graças a minha rede de apoio e a sede por uma educação de qualidade, posso afirmar e dizer: “Eu consegui”.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar e entender qual é a atuação da Pedagoga dentro de um Acolhimento Institucional. É notável a presença de profissionais da Pedagogia em Acolhimento Institucional. Ainda que não haja um estatuto que defina suas atribuições, boa parte das organizações sociais que prestam esse serviço têm preferência por tê-las em suas equipes técnicas. O presente estudo foi realizado com quatro Pedagogas da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A abordagem metodológica consistiu na aplicação de um questionário, seguido de entrevistas individuais. Como referenciais teóricos, Libâneo (1994; 2011), Gulassa (2010), Guará (2006) e Campos e Araújo (2018) serviram como fundamento do meu trabalho. Considerando o Acolhimento Institucional, medida protetiva excepcional, como um serviço estritamente pedagógico, foi possível perceber as atribuições das profissionais da Pedagogia instituídas no fazer cotidiano e, a partir desse resultado, pensar em possíveis delimitadores para o reconhecimento da área da Pedagogia nas equipes mínimas dos Acolhimentos Institucionais.

Palavras-chave: Pedagoga; Acolhimento Institucional; Pedagogia; Educação Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sobre a equipe mínima	25
Figura 2: Sobre a Equipe de Referência	26
Figura 3: Sobre a Equipe de Referência	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Questionário aplicado – primeira etapa	14
Quadro 2: Entrevista – Segunda etapa	15
Quadro 3: Categorias profissionais Resolução CNAS 17/2011	27
Quadro 4: Atribuições da Pedagoga	29
Quadro 5: Tempo de atuação das Pedagogas no Acolhimento Institucional	33
Quadro 6: Atribuições da Pedagoga que surgiram durante a pesquisa	38
Quadro 7: Atribuições de uma Pedagoga no Acolhimento Institucional	41
Quadro 8: Comparação das atribuições da Pedagoga.....	43

LISTA DE SIGLAS

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FPERGS - Fundação Proteção Especial do Rio Grande do Sul

NAR - Núcleo de Abrigos Residenciais

NOB RH SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social

PIA - Plano Individual de Atendimento

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO SOCIAL	9
1.1 O INÍCIO DA JORNADA NA EDUCAÇÃO	9
1.2 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO CURSO DE PEDAGOGIA ...	10
1.3 A INSERÇÃO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	11
1.4 PROCESSOS AO LONGO DA PESQUISA	13
2. METODOLOGIA UTILIZADA DURANTE A PESQUISA	14
3. O QUE AS PESQUISAS MENCIONAM SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	17
3.1 O QUE AS PESQUISAS MENCIONAM SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ...	18
4. EMBASAMENTO TEÓRICO	22
4.1 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E SUAS LEGISLAÇÕES.....	22
4.2 O QUE DIZEM OS INSTRUMENTOS RELACIONADOS AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	24
4.3 A FORMAÇÃO DA PEDAGOGA E SUA PRESENÇA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	30
5. ANÁLISE	33
5.1 CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS	33
5.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA PEDAGOGA	34
5.3 OUTRAS ATRIBUIÇÕES E A NÃO PRESENÇA DESTAS ATIVIDADES EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	38
5.4 POSSÍVEIS INDICADORES DE DELIMITAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA PEDAGOGA	41
6. A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E DA PEDAGOGA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	48

1. A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO SOCIAL

O presente estudo é sobre a atuação da Pedagoga no âmbito do Acolhimento Institucional. O Acolhimento Institucional é um dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu principal objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. A área estudada será a Educação Social, por ter vivenciado a experiência de estagiar em um Acolhimento Institucional. Tal experiência despertou o meu desejo em querer analisar as atribuições de Pedagogas que trabalham nesta área, revisar as orientações técnicas em documentos institucionais e, principalmente, construir indicadores de delimitação das ações das Pedagogas para o trabalho em Acolhimento. O trabalho foi realizado em diálogo com Pedagogas atuantes no cargo de Pedagoga em Acolhimento Institucional da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

O motivo pelo qual escolhi esse tema, foi a minha paixão por esta área e o quanto ela pode ser potente na vida dos sujeitos que nela são atendidos. O tempo em que estive nesse estágio não foi suficiente para compreender de fato qual a atribuição das Pedagogas no Acolhimento, tendo em vista que foi possível perceber que desempenham variadas atividades, muitas identificadas como não pedagógicas. De acordo com Libâneo (2011):

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias na prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa dos saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (p. 138-139).

1.1 O INÍCIO DA JORNADA NA EDUCAÇÃO

Desde muito pequena, as brincadeiras com amigos eram sempre voltadas à escola, era uma disputa, e com direito a votação, para escolher quem seria a professora. Quando cheguei nos anos iniciais do Ensino Fundamental, era notável

por meus familiares e professores que gostava de ajudar amigos que tinham dificuldade em fazer o tema de casa ou atividades em aula. Recordo que, quando criança, falávamos sobre profissões e a primeira opção sempre foi ser professora.

A primeira experiência que tive com crianças foi trabalhar como babá e auxiliar as crianças no tema de casa e revisão. Depois de muitos anos, fiquei no lugar de uma professora que estava de férias em uma escola de Educação Infantil, foi nesse momento que descobri que realmente levava jeito com os pequenos e que sentia prazer de estar naquele espaço mágico e potencializador. A partir desse momento embarquei na jornada da educação e, por mais que saísse, acabava retornando para a área escolar. Fiquei durante 10 anos trabalhando na Educação Infantil, trabalhei como auxiliar, monitora e como professora, mesmo não tendo formação.

Mesmo estando inserida no campo educacional, ninguém havia mencionado sobre a Graduação em Pedagogia. Sabia apenas do Magistério e durante muito tempo as pessoas investiram nesse curso. Nesse meio tempo iniciei o curso de Capacitação Profissional de Apoio na Educação Infantil. O curso foi muito bom, deu uma boa base de como gerenciar uma sala de aula, mas, sentia aquele desejo por mais aprofundamento. Ao receber uma nova proposta de trabalho em outra escola, conheci uma professora incrível e que foi minha guia na minha formação. De todas as pessoas que passaram pelo o meu caminho, ela foi a única que me apresentou a Pedagogia.

Lembro que naquele mesmo ano tive momentos importantes de aprendizagem e trocas entre essa amiga e colega que conheci. Decidi prestar o vestibular da UFRGS, já que a minha inscrição para o Enem já estava efetuada, pois seria apenas mais uma somatória para o meu objetivo. Chegou o momento em que descobri que passei no vestibular, foi e ainda é uma alegria ter entrado em uma Universidade conhecida, renomada e super disputada. Sou a primeira pessoa do meu ambiente familiar a cursar uma faculdade e isso é um orgulho.

1.2 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ao entrar na faculdade, percebi que a Pedagogia é ampla e poderia ser contemplada em várias áreas. Uma delas foi no 3º semestre do curso, com a disciplina de Educação Social, fiquei surpresa com o tema da disciplina e aberta

para conhecer o novo. Durante o período do semestre, surgiu a vontade de me abrir para as possibilidades que a Universidade oportunizava. Lembro de ouvir a voz de uma amiga que falava para aproveitar a graduação e obter todas as experiências que eu pudesse ter.

A professora Karine, que hoje é minha orientadora de TCC, acompanhou de perto esse processo de transformação. Estava de carteira assinada, há três anos em uma escola, havia estabilidade, mas não felicidade, pois sabia que poderia ir além. Decidi então que me permitiria viver o que tivesse vontade durante a minha formação e participei do processo seletivo da Fundação Proteção do Rio Grande do Sul (FPERGS). Com o apoio e a força da professora Karine, fui tranquila e passei na seleção.

Esse foi um dos primeiros desafios que tive durante a minha formação. O medo gera transformação e insegurança, mas quando se tem apoio e pessoas que te mostram versões que podem dar certo, faz toda a diferença. O momento de arriscar é durante o processo de formação, aqui podemos cometer erros e fazer deles algo construtivo e que agregue, principalmente na essência educadora.

A forma como vejo a Educação Social é totalmente diferente, é possível enxergar um espaço potente e transformador, não só das crianças e adolescentes, mas sim daqueles que se permitem passar por essa área encantadora, com muitos obstáculos e barreiras para serem quebradas, e que a própria sociedade impôs. Muitos podem não conhecer, como eu, mas se permitir e viver isso modifica a alma.

A Educação Social é transformação, participação, socialização e inserção. Uma educação que vai além de uma sala de aula e é muito potente na vida dos sujeitos que nela uma vez são inseridos. Tem relação com ação e prática que contempla a reconstrução de algo que foi perdido ou negligenciado. É uma prática educativa que está relacionada com a prática social, com a concessão política, com a cultura predominante, com a situação econômica e com a realidade educativa, assim como, com suas consequências no contexto social. É uma prática sobre a continuação do desenvolvimento do indivíduo, onde ele possa participar da sociedade ativamente, com o objetivo de formar cidadãos livres, conscientes de seus direitos e deveres.

1.3 A INSERÇÃO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ao perceber que a Pedagogia é ampla, quis me aventurar em experiências durante a faculdade e a primeira vivência foi no Acolhimento Institucional. Não tenho dúvidas do quanto me modificou ter tomado essa escolha. Fiz um ano e meio de estágio na FPERGS, executando as atividades dentro da área da Pedagogia. Confesso que foi um grande desafio, não somente na parte profissional, mas também na vida pessoal, eram muitos obstáculos a serem passados e situações desconhecidas.

No início dessa jornada, me recordo que a sensação era de não estar preparada, o medo gritava muito e a insegurança também, mas como dizem que o medo faz parte do processo, era necessário pegar esse sentimento e ir de mãos dadas com ele. Fiz dar certo, não foi fácil, mas o resultado foi incrível. Nos primeiros seis meses já estava colhendo o fruto da minha dedicação e trabalho, o Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR) Menino Deus participou da Feira de Sonhos e auxiliei durante o processo de execução. O objetivo do Projeto era estimular as crianças e adolescentes a serem criadoras e contar os seus sonhos. Essa construção foi a melhor sensação que pude ter, encontrar esperança no olhar dos participantes e eles perceberem que são importantes, não tem preço.

Apesar de ter ficado um ano e meio estagiando, enfrentei um ano de estágio durante a pandemia da COVID-19 e a vontade de querer estar presente no dia a dia com todos que estão no Acolhimento era enorme. Continuei trabalhando e me reinventei como profissional. O que me chamava a atenção era que a Pedagoga desempenha muitas funções e várias delas não eram exatamente pedagógicas e sempre comentava com a minha Pedagoga de referência no local do estágio que isso sobrecarrega muito e inviabiliza a atuação profissional. Muitas vezes fiquei me perguntando qual era o verdadeiro papel da Pedagoga no Acolhimento Institucional e um dos motivos de escolher a temática do meu Trabalho de Conclusão de Curso foi não conseguir responder essa pergunta durante a minha experiência. Percebendo que essa pergunta poderia ser também de outras pessoas, decidi então investir nesse tema e contribuir com o meu trabalho nesse desafio que é compreender as atribuições das Pedagogas em um espaço que considero pedagógico, mas que não é a escola.

1.4 PROCESSOS AO LONGO DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho é investigar quais são as atribuições que uma Pedagoga desempenha no Acolhimento Institucional. Visando atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos destaco neste trabalho: 1) Analisar as atribuições de Pedagogas que trabalham em Acolhimento Institucional; 2) Revisar as orientações técnicas em documentos institucionais no que diz respeito às atribuições das equipes mínimas do Acolhimento Institucional e; 3) Construir indicadores de delimitação das atribuições de Pedagogas para o trabalho em Acolhimento Institucional.

Para a minha pesquisa utilizei a metodologia qualitativa, criei um questionário como registro da primeira etapa e, posteriormente, a última seção seria uma roda de conversa coletiva, porém, pela indisponibilidade de horários das entrevistadas, foi trocado para entrevistas individuais. Para as entrevistas individuais, conversamos nos baseando nas respostas das Pedagogas e criamos mais três perguntas para aprofundar a conversa e gerar mais reflexão durante o encontro.

O referido trabalho foi organizado da seguinte forma: no capítulo um, menciono sobre a minha trajetória na educação, a inserção na área da Educação Social e no Acolhimento Institucional e também os processos ao longo da minha pesquisa. No segundo capítulo, trago a metodologia onde explica qual método utilizei em minha pesquisa. No capítulo três, apresento a revisão literária, onde mesmo com muitos desafios na busca, foi possível esmiuçar poucas revisões sobre o assunto, sendo usado como ferramenta de busca o Portal de Periódicos da CAPES e o LUME-UFRGS. Já no capítulo quatro, encontra-se o referencial teórico que me auxiliou no embasamento do meu trabalho. No capítulo cinco, trago a análise da pesquisa que demonstra as atribuições das Pedagogas, conforme narrado durante as entrevistas e questionários, a ausência dessas atividades em documentos institucionais e possíveis indicadores de delimitação dessas atribuições. Para finalizar, o capítulo seis, são as minhas considerações finais e a confirmação da importância da presença da Pedagoga no Acolhimento Institucional.

2. METODOLOGIA UTILIZADA DURANTE A PESQUISA

A metodologia para este estudo foi baseada na pesquisa qualitativa. Para auxiliar em minha pesquisa analisei as narrativas de quatro Pedagogas que trabalham no Acolhimento Institucional da região metropolitana de Porto Alegre. Também revisei as orientações técnicas em documentos institucionais e comparei as atribuições destes profissionais para construir indicadores de delimitação das atribuições de Pedagogas para o trabalho em Acolhimento Institucional.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Dando seguimento nessa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Na primeira etapa da pesquisa foi aplicado um questionário produzido no *Google Docs*, sendo enviado, junto com o material, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A). As profissionais tiveram três semanas para responder o material enviado. As perguntas do questionário foram:

Quadro 1: Questionário aplicado – primeira etapa

PERGUNTAS DA PRIMEIRA ETAPA
1- Qual é o seu nome completo e idade?
2- Qual é a sua formação?
3- Quanto tempo você está inserida na educação?
4- Quanto tempo você está inserida em Acolhimento Institucional?
5- Qual é a Instituição que você trabalha e quanto tempo?
6- Quais atividades você desenvolve no seu ambiente de trabalho?
7- Quais atividades uma Pedagoga desempenha no Acolhimento Institucional?
8- Quais ações você acha imprescindível ao estar inserida no Acolhimento Institucional?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Depois das profissionais terem respondido, analisei suas respostas para pensar em uma futura roda de conversa. Havia a previsão de realização de uma roda de conversa que não ocorreu, mudando apenas para entrevista individual, devido a indisponibilidade de tempo das entrevistadas. A entrevista individual teve como intuito confirmar e aprofundar as respostas do questionário. Além das perguntas do questionário, foi acrescentado mais três perguntas para a reflexão durante a entrevista, que foram:

Quadro 2: Entrevista – Segunda etapa

PERGUNTAS DA ENTREVISTA (SEGUNDA ETAPA)
1- Como você se sente no seu espaço de trabalho?
2- O que uma pedagoga deve executar no Acolhimento?
3- O que você mudaria ou acrescentaria em relação a sua área?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou organização. Os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Lehfeld (1991) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. Portanto, a minha pesquisa é classificada como exploratória, procura explorar um problema, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa, oportunizando uma visão maior de proximidade com o tema.

De acordo com Richardson (1999):

[...] o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (p. 102).

O questionário é um instrumento desenvolvido para compor um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999) e tem como objetivo coletar dados de um determinado grupo de respondentes.

Assim como o questionário, a entrevista também se enquadra entre as técnicas mais utilizadas quando se trata de pesquisa. As duas ferramentas servem para coletar e analisar dados, uma fazendo a complementação da outra. Conforme Rosa e Arnoldi (2006) mencionam, a complexidade da aplicação de uma entrevista tem seu início na análise inicial de todo um contexto externo em que se insere tanto o entrevistado quanto o tema em estudo. O objetivo para usar os dois métodos é de gerar uma reflexão nas entrevistadas, tentando investigar o máximo de informações para auxiliar em meu trabalho. Richardson (1999) afirma que “O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas” (p 207).

Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas ou mais. Neste caso, a entrevista foi executada entre a pesquisadora e a entrevistada, se baseando nas respostas do questionário da primeira etapa e outras perguntas elaboradas posteriormente pela pesquisadora, a fim de aprofundar o objetivo do estudo. Essa metodologia foi adotada por compreender que era a que melhor se alinhava aos objetivos pleiteados pelo meu estudo.

3. O QUE AS PESQUISAS MENCIONAM SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ao escolher qual seria o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, estava ciente que teria muita dificuldade em encontrar material que pudesse me auxiliar. Com toda a certeza tive a coragem e quis mostrar algo novo e que pudesse agregar nessa área que, por muitas vezes, não é mencionada especificamente nas atribuições das Pedagogas. Foram utilizadas palavras-chaves em duas plataformas de busca para encontrar materiais. Mesmo tendo trabalhado com expressões pré-definidas, o processo de busca foi complicado. O resultado na grande maioria não estava correspondendo especificamente ao tema.

Ao realizar a revisão de literatura, utilizei como recurso de busca o Portal de Periódicos da CAPES e o LUME-UFRGS. Apliquei palavras-chave como: *pedagoga* e *acolhimento institucional* e o resultado foi seiscentos e quarenta e seis mil e setecentos e vinte e sete (646.727) teses e dissertações, com ambas as expressões. Diante do resultado da busca, foi necessário fazer um refinamento manual e o resultado obtido foi cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove (5489) teses e dissertações. A partir disso, foi necessário investigar materiais que fizessem sentido com o assunto que estava sendo buscado. Foram analisados os títulos e, quando encontrado um título que pudesse se aproximar do tema deste trabalho, seguia diretamente para o resumo. Mesmo com títulos que continham as palavras, muitas vezes esses eram voltados à criança, ao adolescente, aos agentes educadores, à escola ou ao ambiente institucional e dificilmente mencionava a Pedagoga em si ou as suas contribuições. A dificuldade em encontrar materiais foi de um nível altíssimo. Muitas dissertações e teses não estavam voltadas para as Pedagogas e principalmente para suas ações. Após fazer uma pesquisa minuciosa, tive sucesso em apenas três trabalhos. Na CAPES encontrei apenas um trabalho que foi o primeiro na lista de resultados e os trabalhos 2 e 3 foram encontrados no LUME-UFRGS.

A pesquisa do banco de dados foi realizada com o recorte temporal no período de 2011-2021. Analisando até a décima página de cada plataforma, os trabalhos encontrados foram:

- **Trabalho 1.** Ferreira (2014), com o título: *Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflito*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo.
- **Trabalho 2.** Silva (2021), com o título: *Estudo de caso em acolhimento institucional: O papel e a importância da pedagoga*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- **Trabalho 3.** Vargas (2021), com o título: *O trabalho pedagógico no acolhimento institucional: A potência do transitório e excepcional*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3.1 O QUE AS PESQUISAS MENCIONAM SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O primeiro trabalho identificado foi a dissertação de mestrado com o título *Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflito*, de Fernanda Carvalho Ferreira (2014), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Ferreira (2014), busca problematizar e compreender as relações entre todos os envolvidos com as crianças de uma Casa Abrigo Institucional. A metodologia utilizada foi a pesquisa Participante/Pesquisa ação, se baseando no referencial teórico de Paulo Freire.

A autora faz questionamentos importantes sobre os profissionais que compõem o espaço no Acolhimento, aos quais menciona suas funções no dia a dia. Aqui vale destacar que é fundamental falar da equipe que faz parte desse espaço, porém, não foi mencionado neste trabalho sobre a profissional Pedagoga. Foram mencionados os cuidadores da casa, como os Agentes Educadores e a Cozinheira e, na parte da equipe técnica, é destacado a Psicóloga e a Assistente Social. Em minha vivência, lembro que todos integrantes trabalham em equipe e, os envolvidos diretamente com a casa, auxiliam muito principalmente na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA)¹ de cada criança e adolescente e no decorrer das situações que aconteciam nas casas.

¹ PIA - Plano Individual de Atendimento é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças, adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento.

Há dificuldade desses espaços entenderem que uma Pedagoga é essencial, pois muitas ações são voltadas apenas para a parte mais pedagógica. Ferreira (2014) fala do trabalho antipedagógico, mas não direciona para a Pedagoga e sim menciona os princípios que se opõem à pedagogia. A autora ainda menciona sobre a maioria dos cuidadores não terem formação, o que não seria o foco do problema, e sim, a não valorização e priorização da formação continuada. Destaca o quanto isso pode ser motivo de insegurança dos educadores, por não se sentirem preparados para algumas situações que acontecem nas casas. No estágio que fiz, recordo que a instituição valorizava muito as ações para a formação continuada, que eram organizadas em horários diferentes do horário de trabalho, onde quem gostaria de estar presente tinha a escolha de participar.

Por diversas vezes em meu estágio presenciei falas dos Agentes Educadores que realmente se sentiam despreparados para algumas situações que ocorriam nos Abrigos Residenciais. Diferente dos resultados de Ferreira (2014), a maioria dos Agentes Educadores eram formados, cada um graduado em cursos diferentes. Das quatro casas, apenas uma agente era Pedagoga, os demais eram formados em Educação Física, Administração, Biblioteconomia, Letras e História. O que faltava era valorizar a bagagem dessas pessoas e integrá-las no trabalho pedagógico. Uma fala dos agentes me tocou profundamente quando falou: “Val, você é diferente, você ouve a gente e faz acontecer, sentimos que você valoriza as diversas situações e leva em consideração”. Não preciso dizer o quanto isso me marcou e moldou o meu ser Pedagoga. Trabalhar a escuta é imprescindível nesse espaço, não é uma ação fácil, mas precisa ser estimulada e explorada por nós mesmos, até fazer parte de nossa própria essência, tanto no aspecto do atendimento à criança e ao adolescente, quanto do Educador Social ou Agente Educador².

Outro fator que merece uma atenção é a fala da autora sobre estimular a autonomia das crianças e adolescentes para lidar com as histórias de vida. Ferreira (2014) não destaca a Pedagoga e sim os agentes nesse espaço de fala, mas não se pode negar que seria uma atribuição que a Pedagoga poderia integrar com os Educadores Sociais e auxiliar nesse processo que pode ser dificultoso. Uma das meninas do Acolhimento onde trabalhei, estava executando o estágio obrigatório e o

² Compreendo que Educador Social e Agente Educador integram a mesma categoria funcional. As expressões variam conforme a instituição devido ao não ajustamento do ofício como categoria profissional.

seu projeto tinha como foco trabalhar a autonomia dos adolescentes. Tive o privilégio de participar dos encontros e perceber a evolução de fala dos acolhidos e o quanto eles foram amadurecendo e entendendo o que se passou com eles e que, apesar de tudo, poderia ser diferente eles escreverem a sua própria história de maneira distinta.

O segundo trabalho identificado foi o Trabalho de Conclusão de Curso com o título: *Estudo de Caso em Acolhimento Institucional: O papel e importância da Pedagogia*, de Shayane Andriele Porto da Silva (2021), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Silva (2021) busca investigar a presença de Pedagogas na equipe técnica do Acolhimento Institucional e compreender suas atribuições no local onde efetuou seu estágio. O que chamou atenção na desenvoltura do seu trabalho, foi a mesma dificuldade em encontrar materiais que pudessem auxiliá-la na parte de revisão de literatura, compartilhando assim o mesmo sentimento.

A autora faz a provocação das Pedagogas serem reconhecidas apenas no campo escolar, sendo que é muito além desse espaço a presença delas. A Pedagogia está presente em todos lugares, mas acaba sendo desconhecida a sua importância e o seu papel fundamental. Ela questiona o motivo que não consta nas Orientações Técnicas da NOB RH/SUAS a presença da Pedagoga, mas que sem ela, muitas ações não ocorrem. Um descontentamento pela falta de reconhecimento é grande e, outro aspecto comum, é ter vivenciado estágio na mesma rede de proteção, a FPERGS, porém em NAR diferentes.

Silva (2021) destaca as atribuições da Pedagoga em relação ao seu estudo de caso. As atribuições que ela menciona são: inserção escolar das crianças e adolescentes, encontrar atividades extracurriculares no turno inverso da escola, acompanhar e aconselhar a vida escolar dos acolhidos, inserção e acompanhamento no mercado de trabalho, como no Programa Jovem Aprendiz, participar de reuniões técnico administrativas do abrigo e construir o PIA. Ela dá seguimento comentando sobre o Plano de Empregos, Funções e Salários da FPERGS no qual a autora identificou vinte e quatro atribuições para a função da Pedagoga em Acolhimento Institucional. Após analisar seu trabalho, é possível perceber que as atribuições das Pedagogas vêm agregadas com outras atividades. Como é um trabalho em equipe, às vezes é sanando o trabalho do colega que não

está presente em algum momento, sendo assim desvinculando, por vezes, o trabalho pedagógico.

A última pesquisa utilizada é o Trabalho de Conclusão de Curso com o título: *O Trabalho Pedagógico no Acolhimento Institucional: A potência do Transitório e Excepcional*, de Tatiane Moreira de Vargas (2021), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vargas (2021) busca responder a questão norteadora: “Como se constitui o trabalho pedagógico, no espaço de acolhimento institucional, na perspectiva dos Pedagogos que atuam no cumprimento dessa medida protetiva?” Sua metodologia foi a qualitativa, entrevistando as Pedagogas de Porto Alegre, buscando suas diferentes atuações e, principalmente, dando a visibilidade do fazer pedagógico neste espaço potencializador. O material é voltado para refletir sobre a Educação Popular e trazer diálogos sobre a realidade para construção de projetos de vida em que os adolescentes sejam os protagonistas.

Sobre a criação dos projetos de vida, trabalha muito a questão da autonomia, da história de vida e dos planos dos adolescentes. No meu estágio tínhamos momentos com eles para refletirem sobre isso, onde eles traçavam a sua linha do tempo, percebiam as evoluções que tinham e, apesar dos muitos obstáculos, eles se mantinham em pé e faziam outros caminhos se fosse necessário. Essa é uma das atribuições que faz parte de uma Pedagoga nortear e eles darem seguimento. Freire (1996), menciona sobre ampliação da compreensão de suas potencialidades e dificuldades e sem sombra de dúvida o projeto trabalha esses requisitos.

Cada trabalho apresentado destaca algo específico sobre o papel da Pedagoga e o trabalho pedagógico no Acolhimento Institucional. Apenas Silva (2021) menciona sobre as atribuições da Pedagoga, porém se refere ao seu estudo de caso da FPERGS. As pesquisas revisadas contribuíram para o processo da construção desse trabalho e indagaram ainda mais acerca do motivo de não ter descrito as atribuições da Pedagoga na rede de Acolhimento Institucional.

4. EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo trago os apontamentos teóricos acerca da discussão sobre a Pedagogia em Acolhimento Institucional. Para isso, utilizo os autores: Libâneo (1994; 2011) que me auxiliou a compreender a dimensão mais ampla da Pedagogia; Guará (2006), que menciona sobre o ambiente do Acolhimento Institucional; Gulassa (2010) que se refere sobre as defasagens de aprendizagem das crianças e adolescentes e a busca de pertencimento desses sujeitos e Campos e Araujo (2018) que falam sobre a presença da Pedagogia em diferentes instituições.

4.1 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E SUAS LEGISLAÇÕES

O Acolhimento Institucional passou por muitas modificações ao longo dos anos, conhecido anteriormente como abrigo em entidade, agora sendo reconhecido como Acolhimento Institucional. Suas principais mudanças foram que as políticas eram direcionadas à infância para grandes sistemas de internação com características de instituições totais, onde os internos realizavam todas as suas atividades. O tratamento era ofertado em duas situações: o primeiro dizia respeito à defesa do *menor abandonado*; o segundo tinha por foco defender a sociedade desse mesmo *menor*, que também era reconhecido como delinquente em potencial e, portanto, oferecia perigo à população. Antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Brasil vigorava o Código de Menores, a Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979, voltada apenas para crianças e adolescentes em situação de risco e tidas como *delinquentes*. Essas pessoas eram totalmente estigmatizadas, por isso, a expressão *menor* é bastante rechaçada nos dias de hoje, uma vez que remete àquele grupo da infância que era visto como um problema para a sociedade e tratados distintamente de outro grupo que tinha seus direitos garantidos.

Refletindo sobre as mudanças que tivemos, pesquisas e estudos realizados sobre o Acolhimento Institucional abordavam as instituições como espaços produtores de violências e desumanização. A maneira como olhavam para o acolhimento era negativa, pois mencionam os danos cognitivos, sociais e afetivos em relação à criança e ao adolescente, em virtude do seu histórico de vida, marcado por privações, violências diversas fora e dentro do local. Uma das mudanças notáveis era a quantidade de pessoas, que antes não causava preocupação e hoje

existe um limite de crianças e adolescentes que podem ficar nas casas. O ECA foi elaborado com a participação de movimentos sociais e, só por ter este caráter participativo, já merece destaque em relação à democracia. Diferente da lei anterior, há uma mudança de paradigma muito importante, é passado da doutrina irregular para a doutrina de proteção integral, sendo reconhecido pelo ECA (BRASIL, 1990) que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Já em seu artigo 4º elenca que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Quando ocorre a violação desses direitos, a criança ou o adolescente é desvinculado ou afastado do ambiente familiar e inserido no Acolhimento Institucional provisoriamente. A violação dos direitos é toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Tanto o abandono, a negligência, os conflitos familiares, a convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, como todas as formas de violência (física, sexual e psicológica), configuram violação de direitos infanto-juvenis.

Em algumas situações a criança ou adolescente é apenas afastado do seu convívio, até que sua família consiga se organizar. É importante explicar que a criança ou adolescente é afastado do convívio familiar com uma determinação judicial, em condições extremas de abuso, negligência, vulnerabilidade e em situações em que a família não conseguiu melhorar ou se organizar para recebê-lo novamente. Existem dois tipos de acolhimento: o Abrigo Institucional, que possui um ambiente parecido com uma residência e os serviços de saúde e educação devem ser inseridos no mesmo bairro do abrigo. Já a Casa Lar, é um acolhimento provisório que deve ocorrer em unidades residenciais, normalmente destinada a irmãos juntos acolhidos no processo de desligamento. Após a separação de suas famílias, as crianças buscam outras referências de apego, buscando manter relações afetivas com outras crianças, à semelhança do apego de seu responsável, e os irmãos mais velhos cuidam dos irmãos menores.

Crianças e adolescentes que necessitam ser retiradas dos lares, por algum motivo, seja violência familiar ou não, precisam de acolhimento, mesmo que

provisório, até serem realocadas em uma família adotiva ou reintegradas no lar sanguíneo. O serviço de Acolhimento Institucional e de acolhimento familiar são medidas de apoio para abrigar as crianças e adolescentes nessas situações. Concomitante ao trabalho que busca a reintegração da criança ao seio familiar, elas devem empreender esforços no sentido de propiciar um atendimento de qualidade, tendo em vista os casos em que o retorno à família de origem é inviável, e que esperam pela colocação em uma família substituta (SILVA; AQUINO, 2005).

Quando ocorre esse desligamento, o Conselho Tutelar, o CRAS e o CREAS têm a responsabilidade da organização da rede de serviços socioassistenciais com o objetivo de promover ações de proteção social. O papel do CREAS é identificar situações de risco e violação de direitos nos logradouros públicos, como situação de rua, trabalho infantil e exploração sexual. Já o CRAS organiza a rede local de serviços e está mais próximo da comunidade, conhecendo de perto as desigualdades sociais e as dificuldades encontradas na periferia. Com atribuições previstas no artigo 136 do ECA, o Conselheiro Tutelar atende crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos. Também é papel do Conselho atender e aconselhar os pais ou responsáveis dessas crianças e adolescentes e, a partir do atendimento, o profissional conselheiro aplica medidas de proteção. Esses três serviços auxiliam no acompanhamento familiar, trabalhando articulados em equipe com as redes de serviço de proteção.

4.2 O QUE DIZEM OS INSTRUMENTOS RELACIONADOS AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O Acolhimento Institucional visa proteger a criança e adolescente, concedendo abrigo e orientação, retirando o menor da situação de risco social e pessoal. É importante salientar que a abrangência do programa de acolhimento é para a criança e adolescente entre 0 a 17 anos e 11 meses de idade. O Abrigo é uma unidade institucional capaz de comportar até 20 crianças e adolescentes. Está inserida na comunidade e é semelhante a uma residência. As crianças possuem uma rotina normal: acordam, fazem suas refeições e higiene, vão à escola, realizam atividades no contra-turno como atendimentos específicos e outras atividades que

permitam a manutenção da convivência comunitária. Todo o trabalho desenvolvido no acolhimento é realizado por uma equipe mínima.

O documento das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - resolução conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional da Assistência Social (CONANDA/CNAS), no capítulo três, descreve a equipe profissional mínima para trabalhar no Acolhimento Institucional e na Casa Lar de acordo com a NOAB RH/SUAS.

Figura 1: Sobre a equipe mínima

Equipe Técnica	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação Mínima: Nível superior⁹⁴ ▪ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes acolhidos em até 3 casas-lares ▪ No caso do serviço englobar apenas uma casa-lar, o número de profissionais de nível superior poderá ser reduzido para um. ▪ Carga Horária Mínima Indicada: 30 horas semanais
Principais Atividades Desenvolvidas⁹⁵	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração, em conjunto com o/a educador/cuidador residente e, sempre que possível com a participação das crianças e adolescentes atendidos, de regras e rotinas fundamentadas no projeto político pedagógico da entidade ▪ Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; ▪ Apoio na seleção dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários; ▪ Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores

Fonte: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p 78)

É perceptível que a função da Pedagoga não existe nas normas, mas fica a pergunta: em se tratando de um serviço extremamente pedagógico, até quando a Pedagoga não vai ser reconhecida, tendo em vista que ela está presente no acolhimento? É de suma importância sua presença no Acolhimento Institucional e muitas das tarefas que ocorrem devem ser desempenhadas apenas e exclusivamente por ela.

O documento da NOBRH/SUAS menciona os profissionais e mais uma vez a Pedagoga não é mencionada. Conforme as figuras abaixo:

Figura 2: Sobre a Equipe de Referência

Equipe de referência para atendimento direto:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	nível superior ou médio	1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
Cuidador	nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
Auxiliar Cuidador	nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

Fonte: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ SUAS (2005, p. 21)

Figura 3: Sobre a Equipe de Referência

Equipe de Referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Assistente Social	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.

2) Família Acolhedora

Equipe de Referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	nível superior	1 profissional referenciado para até 45 usuários acolhidos.
Assistente Social	nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.

Fonte: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ SUAS (2005, p. 22)

Na contramão, a Resolução CNAS nº 17 de 20/06/2011 contempla as seguintes informações sobre as categorias profissionais, onde especifica quais áreas podem compor a equipe de serviços socioassistenciais e confirma que a presença da Pedagoga não é uma obrigatoriedade e sim uma possibilidade de sua existência nas áreas contempladas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3: Categorias profissionais - Resolução CNAS 17/2011

Resolução CNAS nº 17 de 20/06/2011
§ 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais:

Antropólogo

Economista Doméstico

Pedagogo

Sociólogo

Terapeuta ocupacional

Musicoterapeuta

Art. 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS:

Assistente Social

Psicólogo

Advogado

Administrador

Antropólogo

Contador

Economista

Economista Doméstico

Pedagogo

Sociólogo

Terapeuta ocupacional

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução CNAS 17/2011

Existe uma diferença entre as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ SUAS. Na NOAB os profissionais são chamados de Equipe Mínima de Referência e nas Orientações Técnicas é mencionado como Equipe Técnica.

Ao fazer a leitura no Plano de Empregos, Funções e Salários da FPERGS com o intuito de encontrar a descrição de atividades e a presença da Pedagoga no Acolhimento, foi encontrado vinte e três tópicos que mostram as atribuições da Pedagoga que trabalha na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande

do Sul, disposta pela Lei nº 14.474, de 21 de janeiro de 2014. As atribuições mencionadas são:

Quadro 4: Atribuições da Pedagoga

1. elaborar e aplicar instrumento de medida e aferição, com vistas ao reconhecimento das necessidades e realidade social do educando na área de aprendizagem, na área vocacional e profissional;
2. realizar acompanhamento e aconselhamento escolar;
3. fazer a análise do rendimento escolar com avaliação evolutiva;
4. participar ativamente das atividades de aprendizagem no sistema de ensino;
5. apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas na área;
6. elaborar, implantar, acompanhar e avaliar atividades educacionais;
7. organizar a área de ensino nas questões da matrícula escolar, suspensões, transferências e cancelamentos de matrículas;
8. coordenar, acompanhar e avaliar projetos de ensino profissional;
9. encaminhar, acompanhar e avaliar em estágios e empregos;
10. participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio ao aperfeiçoamento profissional, atendendo aos interesses da Fundação;
11. participar de reuniões interdisciplinares destinadas a estudar assuntos de interesse do abrigo e da permanente avaliação do programa de atendimento em que atue, assim como participar de reuniões de categoria destinadas a tratar assuntos específicos da área de educação;
12. propor, elaborar, aplicar e interpretar diagnóstico em nível organizacional;
13. participar de reuniões técnico-administrativas;
14. proceder à avaliação técnica da situação de cada acolhido, atualizando permanentemente o prontuário individual, dando ciência dos resultados através da elaboração de laudos, relatórios e/ou sínteses informativas à Direção, assim como aos órgãos competentes envolvidos nos casos (Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Varas Cíveis, Conselhos Tutelares, etc.);
15. elaborar, interdisciplinarmente, Plano de Atendimento Individual e Coletivo dos acolhidos;
16. selecionar, acompanhar e supervisionar facultativamente estágios curriculares e extracurriculares inerentes a sua área;
17. gerenciar o acesso dos acolhidos à rede de educação e trabalho;
18. orientar as equipes para o processo de desligamento do acolhido, preparando os adolescentes para a inclusão em cursos e estágios;
19. acompanhar as atividades educativas e lúdicas desenvolvidas com os acolhidos, que favoreçam seu desenvolvimento global;
20. participar de comissões;
21. utilizar e zelar pelos equipamentos de trabalho e de proteção individual e coletivos fornecidos pela fundação, bem como realizar exame periódico anual quando requisitado;
22. compartilhar com os demais técnicos e a direção, a guarda e a responsabilidade da organização, manutenção e atualização de informações no prontuário biopsicossocial de cada acolhido;
23. manter estreita relação com os operadores do programa que estão envolvidos

diretamente no atendimento aos acolhidos, subsidiando-os tecnicamente;
 24. executar outras atividades correlatas, conforme código de ética da categoria profissional, em consonância com preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social e demais legislação pertinente. Carga horária: 40 (vinte) horas semanais.

Pré-requisitos: diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo órgão de classe.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Empregos, Funções e Salários da FPER (2014)

4.3 A FORMAÇÃO DA PEDAGOGA E SUA PRESENÇA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ao se formar em Licenciatura em Pedagogia, a Pedagoga se torna responsável pela formação de crianças na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de jovens e adultos e em outras etapas do desenvolvimento educacional, segundo o Ministério da Educação (MEC). A presença de Pedagogas em outros espaços educativos além da escola é notável. Esta profissional pode estar inserida em editoras, ONGs, brinquedotecas, centros de juventudes, empresas, hospitais e até mesmo em fóruns ou tribunais de justiça, integrando as equipes técnicas ou multidisciplinares e, principalmente, em Acolhimento Institucional que é o foco deste trabalho.

Quando é mencionado o trabalho pedagógico, em relação a sua formação, Libâneo (2011, p. 38) relata: “Um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades”.

Ainda segundo Libâneo (1994), pode-se:

[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades, econômicas sociais e políticas da coletividade. A educação, seja ela formal e informal, busca repassar e proporcionar aos indivíduos conhecimentos e comportamentos que os torne aptos a atuarem em todos os setores da sociedade (p. 17).

É notável, a importância da Pedagoga nas instituições de acolhimento, pois há ações tão específicas do ponto de vista pedagógico que, somente ela consegue

desempenhar, com embasamento e conhecimento adquirido durante a formação e ao longo da sua jornada na educação. Podendo se tornar a responsável pela garantia da educação e, por muitas vezes, mediando situações que ocorrem no Acolhimento Institucional, na sociedade e na escola. Através do olhar da Pedagoga, os processos educacionais são respeitados e seguidos, pensando pela parte do planejamento das atividades escolares, sociais e profissionais, o seu papel torna-se imprescindível ao nortear as demandas e estímulos educacionais relacionados ao ambiente dos ARs.

Segundo Guar4 (2006):

[...] o abrigo precisa ser um ambiente que preserve, resgate e possibilite as crianas e adolescentes encontrar-se com a pr3pria hist3ria, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atua3o e autonomia (p. 65).

Quando uma criana ou adolescente chega no Acolhimento, acaba perdendo a autonomia, a confiana e a credibilidade, por uma s3rie de situa3es que ocorreram de acordo com a sua hist3ria de vida. A Pedagoga entra ent3o com o acolhimento, o acompanhamento e dando sequ4ncia em todo o processo e percurso dos acolhidos. Esse olhar atencioso e integral tem rela3o com a especificidade da sua forma3o. Tamb4m segundo Gulassa (2010), 4 necess3rio:

Ampliar o desenvolvimento cognitivo da criana e do adolescente, complementando a escola, observando quando h3 defasagem de aprendizagem, at4 em fun3o das dificuldades emocionais, garantindo o desenvolvimento da capacidade de ler, escrever e compreender. Deve favorecer a integra3o do lado intelectual e emocional, colaborando na percep3o de si pr3prio, da sua identidade e do seu sentimento de pertencimento (p. 45).

Campos e Ara4jo (2018), mencionam sobre a presena de Pedagogas no quadro de profissionais de diferentes institui3es, mostrando que a Pedagoga assume um papel educacional de acompanhamento t3cnico e que 4 a profissional capaz de avaliar o processo de aprendizagem e as dificuldades dos sujeitos que permeiam o espao, fazendo uma avalia3o eficaz e de qualidade. N3o se deve associar a Pedagoga apenas ao ambiente escolar, e sim, a todo ambiente onde as crianas e adolescentes est3o inseridos. A falta de acompanhamento pedag3gico gera uma perda significativa na vida de quem passa pelo Acolhimento Institucional, principalmente em rela3o a sua adapta3o 3 nova situa3o em que se encontra,

sua convivência familiar e comunitária, sua formação escolar e atenção individualizada. É saber que os acolhidos precisam ser orientados para vida escolar, mas também para sua desenvoltura como seres humanos.

É função da Pedagoga levantar estratégias de desenvolvimento pedagógico na formação humana da criança ou adolescente. Esse processo formativo, não está presente apenas no ambiente escolar, mas também fora dele. Quando se pensa em uma criança institucionalizada, estamos cientes que existem perdas e complicações emocionais que impactam a vida desses sujeitos. A Pedagoga com sua *bagagem* e seu conhecimento sobre o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes pode diminuir esses impactos no processo de formação humana desses sujeitos, podendo mediar ações dentro do próprio Acolhimento Institucional no entorno dele.

5. ANÁLISE

A presente análise tem como objetivo conhecer as atribuições que as pedagogas desempenham no Acolhimento Institucional. Neste tópico será apresentado as características das entrevistadas, as suas atribuições e algumas especificidades em relação ao Acolhimento Institucional, também como a ausência da Pedagoga e suas atribuições em documentos oficiais e, por último, possíveis indicadores de delimitação dessas atribuições. A análise dos dados foi um tanto desafiadora diante de um conteúdo extenso e potente para ser contemplado. Diante das respostas, foi filtrado apenas as que apareciam em maior frequência.

5.1 CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS

As entrevistadas possuem idades entre 32 e 55 anos. Todas possuem formação em Licenciatura em Pedagogia e três possuem pós-graduação em nível de especialização. A Pedagoga 1 tem formação em Educação Especial e Gestão, a Pedagoga 2 é formada em Psicopedagogia e Educação Especial; a Pedagoga 3 tem apenas Graduação e a Pedagoga 4 tem pós-graduação em Educação Especial. O tempo em que cada uma atua na educação varia muito, por terem idades diferentes. A Pedagoga 1 atua há 22 anos, a Pedagoga 2 há 37 anos, a Pedagoga 3 há 13 anos e a Pedagoga 4 mais há de 15 anos. Abaixo está uma tabela que mostra o tempo de contribuição de cada uma no Acolhimento Institucional.

Quadro 5: Tempo de atuação das Pedagogas no Acolhimento Institucional

Tempo de atuação no Acolhimento Institucional			
PEDAGOGA 1	PEDAGOGA 2	PEDAGOGA 3	PEDAGOGA 4
8 anos	2 anos	13 anos	8 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base no acervo pessoal de registros documentados fornecidos pelo questionário.

Percebo, pela minha experiência, que existem muitas Pedagogas atuando em Acolhimento Institucional, mas na função de Educadora Social e coordenação institucional. Foi quando encontrei muitas dificuldades em encontrar Pedagogas que

não fugissem do objetivo da pesquisa. Encontrei apenas quatro Pedagogas para entrevistar que, de fato, estavam atuando na qualidade de Pedagoga. As Pedagogas 1 e 4 eram de Acolhimentos Institucionais de Porto Alegre, uma trabalhava na Zona Sul da capital e a outra na Zona Norte. A Pedagoga 3 está situada em uma instituição na cidade de Novo Hamburgo, já a Pedagoga 2 pertencia à cidade de São Leopoldo.

5.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA PEDAGOGA

Como resultado das entrevistas que confirmam o resultado do questionário, as atribuições que se repetem dizem respeito ao contato direto com a criança e o adolescente, no sentido do acompanhamento escolar e individual e orientação técnica, quando referem:

*Acompanhamento educacional e profissional de crianças e adolescentes; leitura dos registros diários dos abrigos; orientação técnica; evoluções sobre os atendimentos em prontuário social; reuniões de rede (escolas, CREAS, SUAS, Ação Rua³, etc.). [...] tem coisas que são da área da pedagogia, tem coisas que são *multi*, então tem coisas que eu faço que não específicas, mas são como equipe multidisciplinar e que também faz parte do meu papel. (Pedagoga 1, grifo nosso)*

Criação de projetos, acompanhamento pedagógico dos acolhidos, contato direto com a escola e trabalho com educadores. [...] orientar os educadores e fornecer recursos para eles. (Pedagoga 2, grifo nosso)

Aqui no acolhimento [...]a gente trabalha mais com projeto do SUAS [...]. Desempenha funções docentes, atua na organização das unidades, projetos pedagógicos e coordenação pedagógica, além de dar aulas para os agentes educadores. O pedagogo tem a função de mediar o pedagógico, ele age em todos os espaços, mediando aquele trabalho. Ele assume o papel de mediador. Eu tenho a função de fornecer ferramentas para que as coisas aconteçam e esse é o papel do pedagogo. (Pedagoga 3, grifo nosso)

*Desenvolvo tanto atividades específicas da área como *vinculação com os espaços escolares e de profissionalização*. [...] orientação dos agentes educadores, somos multifuncionais e sempre trabalhamos em equipe. (Pedagoga 4, grifo nosso)*

É possível analisar que as respostas das entrevistadas se repetem quando

³ O Ação Rua compõe o Serviço de Abordagem Social, da média complexidade, conforme Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, com o recorte da criança, do adolescente e das suas famílias em situação de rua e de trabalho infantil.

mencionam sobre suas atribuições no Acolhimento Institucional, ficando voltadas para as crianças e os adolescentes, além dos educadores. Quando as mesmas falam sobre vínculos com os espaços escolares, isso está associado a verificação da situação escolar, matrículas, transferências e também acompanhamento escolar sobre o rendimento das crianças e adolescentes e reuniões devolutivas referente a como se encontra a inserção dos alunos.

A questão da profissionalização dos adolescentes também é um dos tópicos que mais se repete. A busca por qualificação e inserção no mercado de trabalho para os adolescentes é uma atribuição que a Pedagoga desempenha no Acolhimento Institucional. É atribuição da Pedagoga estimular que o adolescente vá construindo a sua autonomia e busque por uma vaga, para isso ela mostra como se faz o cadastro no Programa Jovem Aprendiz e o próprio adolescente é quem procura pela vaga. Todas as Pedagogas entrevistadas comentaram que durante o processo seletivo, fazem acompanhamento nas entrevistas com o intuito de mostrar a localização e também para transmitir confiança e tranquilidade para o adolescente que se encontra nervoso e inseguro. Quando o mesmo consegue a vaga de trabalho, também é acompanhado regularmente o andamento do estágio e seu rendimento, assim como quando ocorre algo no ambiente de trabalho do estagiário é sinalizado à Pedagoga.

Em relação aos Educadores Sociais, como mencionado por duas Pedagogas, essas relacionaram as suas atribuições à orientação destes profissionais. O motivo pelo qual elas orientam o Educador Social é por estarem em contato direto e diário com os acolhidos. Muitos não possuem formação para atender as demandas que ocorrem nas casas e até os profissionais procuram a Pedagoga para questionar sobre algo ou pedir ajuda. Como a Pedagoga 3 menciona, “o Pedagogo tem a função de mediar o pedagógico, ele age em todos os espaços, mediando o trabalho”.

Das quatro pedagogas, três delas mencionaram sobre os projetos. Durante a entrevista foi notável que cada uma executa um tipo de projeto no seu espaço de trabalho, mas todas com o mesmo foco e objetivo, favorecer um ambiente o mais tranquilo e harmonioso possível para os que estão em torno desse espaço. Durante a execução dessas propostas ofertadas pelas profissionais, é quando ocorre muitas vezes um espaço de escuta e fala das crianças e adolescentes e as quatro compartilham esse mesmo pensamento. Talvez por já terem vivenciado a rotina e as

demandas de um acolhimento, a fala das mesmas fazem sentido, os adolescentes se sentem mais à vontade e se abrem para dizer o que pensam e o que sentem e isso é uma atitude gratificante de ver, pois, por muitas vezes eles se silenciam e se fecham para as pessoas e o mundo e essa desconstrução desse processo de fechamento pode se tornar muito difícil.

Além das principais atribuições destacadas das entrevistadas, todas falaram sobre habilidades necessárias ao fazer pedagógico, como o olhar e a escuta sensível no trabalho dentro do Acolhimento Institucional. Como foi relatado, não é algo ensinado, pode ser até comentado, mas se aprende no dia a dia pois se tornaram constante aprendizes com os membros que passam por este local. Apesar de se sentirem sempre desafiadas, pois pertencem a um local dinâmico, se sentem realizadas por estarem lutando pela garantia dos direitos dessas crianças e adolescentes. Foi muito emocionante ouvir elas falarem que percebem o avanço profissional, mas também pessoal, sendo que a maneira de olhar e agir mudou muito, tanto fora quanto dentro do Acolhimento Institucional.

Outra questão importante sobre o olhar da Pedagoga é perceber se a escola que a criança ou adolescente será inserido, irá suprir as demandas que ele necessita. Um exemplo que foi dado era um adolescente que repetiu várias vezes de ano e se encontrava em uma turma onde os seus colegas não eram da mesma faixa etária. Essa pequena situação ocasionava um desconforto no adolescente, ocasionando a sua evasão escolar. Neste momento, com o olhar sensível da pedagoga, ela percebeu que, por sua idade, ele já poderia frequentar a EJA e fez essa mudança na vida dele.

[...]é algo que vem do ser humano, ter um olhar sensível, buscar essa sensibilidade de olhar. Investigar e ver os acolhidos o que ele quer, o que deseja, qual a expectativa de vida ele quer. Avaliar qual é a melhor escola. Procurar escolas que busquem o protagonismo dos alunos. *O pedagogo que trabalha na assistência social compreende o que é necessário para as crianças e o quanto a questão afetiva é importante e suas vivências anteriores impactam na construção de aprendizagem.* Havia um adolescente que repetiu muitas vezes de ano, ele não desejava mais ir mais a escola, pois a faixa etária dele era diferente de seus colegas, ele ficou muito tempo assim e *com o meu olhar de pedagoga fiz sua matrícula na EJA [...].* (Pedagoga 4, grifo nosso)

Outro aspecto muito importante e que não poderia deixar passar, é sobre o trabalho *multi* que as entrevistadas mencionam. Para o funcionamento do trabalho no Acolhimento Institucional, o mesmo nunca é feito sozinho e sim por uma equipe e

uma rede de apoio. As Pedagogas relataram que trabalham com a Assistente Social, o Educador Físico, a Psicóloga, com a direção e a equipe que executa a rotina das casas. O trabalho ocorre em conjunto e existe uma soma de todos os lados, pois ajuda a compor o trabalho da equipe técnica. Cada indivíduo tem um olhar diferente para o Acolhimento Institucional e isso fornece informações e reflexões fortíssimas para o trabalho das diferentes áreas. A preocupação com o bem-estar da criança e do adolescente institucionalizado é muito marcante entre todos da equipe. A sensibilidade é muito forte, pois todos respeitam a *bagagem* das crianças e adolescentes e procuram entender o que se passa com eles.

[...] é uma coisa mais ampla, mas que não depende só de mim né. Tem coisas que são da área da pedagogia, tem coisas que são *multi*, então tem coisas que eu faço que não específicas, mas são como equipe multidisciplinar e que também faz parte do meu papel. (Pedagoga 1, grifo nosso)

[...] sobre as funções[...] pois nós somos multifuncionais assim, então varia muito, porque se torna um trabalho integrado. (Pedagoga 4)

No contexto mais atual, que diz respeito ao período de isolamento social em razão da pandemia da COVID19, as entrevistadas destacaram que sua ação teve de incluir um novo foco de trabalho. Segundo elas:

Em função da pandemia mudamos o foco do trabalho, hoje faço coisas além do meu trabalho, até para *auxiliar as crianças*, principalmente as que *não se alfabetizam*. (Pedagoga 1, grifo nosso)

Ano passado eu tive uma experiência diferente em função da pandemia e a minha função de pedagoga Valeska, foi bem boa. Eles ficaram muito tempo sem aula e a gente teve que organizar momentos de estudos. Fui orientando os educadores e preparando material para os educadores trabalharem com as crianças, pois em Novo Hamburgo demorou muito tempo para voltar, voltamos só em agosto [as escolas]. (Pedagoga 3)

Mesmo sendo um trabalho da área da Pedagogia, o atendimento escolar e/ou o reforço escolar no acolhimento, não era uma tarefa da Pedagoga, mas em virtude da situação pandêmica a experiência da escolarização passou a ser uma rotina. Cabe salientar que o trabalho de alfabetizar não se detém à Pedagoga que está inserida no Acolhimento Institucional, pois como já destacado neste estudo, existem outras demandas a serem atendidas, o que inclui observar e acompanhar a situação escolar em que a criança se encontra e fazer possíveis encaminhamentos e

conversas com a escola. Porém, neste período em que as crianças e adolescentes permaneceram 24hs dentro do acolhimento sem acesso à escola, a serviços dos quais participavam e a visitas familiares, a rotina teve de se estabelecer de outra forma e integrar a rotina escolar. Foi dentro do Acolhimento Institucional, com capacidade de acesso às aulas remotas de forma precária e sem equipe suficiente para o acompanhamento individual, que crianças e adolescentes institucionalizados passaram dois anos vivendo e estudando. Um desafio inimaginável que trouxe muito aprendizado e experiência para as equipes de trabalho e que colocou foco na ação da Pedagoga.

5.3 OUTRAS ATRIBUIÇÕES E A NÃO PRESENÇA DESTAS ATIVIDADES EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Neste tópico serão listadas outras atribuições que surgiram durante o processo de pesquisa, mas que não se repetem seguidamente nas respostas das entrevistadas. Também será mencionado sobre a não presença dessas atribuições das Pedagogas em documentos oficiais.

Quadro 6: Atribuições da Pedagoga que surgiram durante a pesquisa

ATRIBUIÇÕES QUE SURGIRAM DURANTE A PESQUISA	
PEDAGOGA 1	<ul style="list-style-type: none"> - Evoluções sobre os atendimentos em prontuário social; - Leitura dos registros diários das casas; - Reuniões de rede; - Conversas com as crianças e adolescentes; - Visita domiciliar; - Solicitação de parecer para a professora; - Encaminhamento para especialista; - Preencher o PIA; - Participação de relatórios gerais; - Acompanhamento de consulta (neuro, psicopedagoga); - Organização de festa e eventos no abrigo; - Criação de projeto em conjunto com a estagiária; - Organização de atividades extracurriculares para as crianças e adolescentes; - Conhecer a história de vida dos acolhidos; - Sondagem com as crianças e adolescentes.
PEDAGOGA 2	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de projetos;

	<ul style="list-style-type: none"> - Construção do PPP⁴ ; - Ouvir e falar com as crianças e adolescentes; - Buscar recursos de trabalho para os educadores sociais; - Reuniões técnicas e com os educadores sociais;
PEDAGOGA 3	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de projetos; - Organização das unidades; - Organização de festas e eventos no abrigo; - Organiza a formação dos educadores sociais; - Mediar conflitos nas casas e entre os acolhidos e colaboradores; - Incentivar as crianças e adolescentes a estudarem e buscar a sua autonomia;
PEDAGOGA 4	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades em conjunto com a equipe de analistas como documentos ao Juizado da Infância; - Visitas domiciliares; - Discussões de casos; - Vinculação com a família de origem e substituta; - Apoio a rede de assistência social; - Organização da vida do adolescentes antes de completar a maioridade; - Ser motorista; - Reuniões com os educadores sociais e a equipe técnica; - Construção do PIA; - Amparo técnico a para a guardiã⁵ ; - Mediação de conflitos nas casas; - Quando é possível fortalecer vínculos com as famílias de origem; - Pensar na qualidade dos serviços no abrigo; - Vínculo e sensibilização com os professores; - Melhor busca de vaga de acordo com a necessidade do acolhido. - Estimular que as crianças e adolescentes sejam os protagonistas de sua história;

Fonte: Elaborada pela autora com base no acervo pessoal de registros das entrevistadas.

Na tabela acima é possível perceber que, com as profissionais com a mesma inserção profissional, integrando a equipe técnica, o trabalho se torna muito mais amplo do que se pode imaginar. O acolhimento por ser um local dinâmico, diversificado e mais amplo.

⁴ PPP - Projeto Político Pedagógico

⁵ Guardiã - Pessoa responsável pela criança ou adolescente durante a permanência no Acolhimento Institucional.

Quando questionei para as entrevistadas o que elas gostariam de acrescentar ou mudar em relação às suas atribuições na sua área de trabalho, as mesmas responderam:

[...] a categoria de pedagogas está desfalcada, *a gente não se reúne para planejamento*, eu acho que as reuniões de planejamento são obrigatórias, no serviço de acolhimento. Hoje ela está posta, e entendeu que *é um direito do trabalhador*, mas *não é obrigatório*. (Pedagoga 1, grifo nosso)

Não sei se mudaria alguma coisa, mas talvez *intensificar o espaço de formação mais frequente de toda a equipe*. O acolhimento institucional deveria ter uma *pedagoga com carga horária maior*, tendo *maior o tempo de permanência* no local de trabalho. Não tem investimento nas políticas públicas e isso deve ser valorizado. (Pedagoga 2, grifo nosso)

Eu acho que eu não mudaria e sim acrescentaria, [...]tenho educadores que não são formados[...] *exigiria que meus educadores tivessem até o 2º grau pelo menos é estimular que continuassem os estudos*. (Pedagoga 3, grifo nosso).

Gosto da ideia de ter ferramentas de trabalho, parâmetros para o trabalho. Sabe, quando a gente tem algo mais presente em relação a pedagogia, sinto falta disso e por você ter escolhido esse tema Trabalho de Conclusão de Curso é exatamente por sentir falta disso. (Pedagoga 4)

É difícil de acreditar, mas mesmo com todas as funções que as Pedagogas desempenham em sua rotina no Acolhimento Institucional, elas buscam por mais, sempre tem algo para acrescentar e para melhorar o andamento de seu trabalho. Durante as entrevistas, todas falaram sobre melhorar a qualidade do acolhimento, pensando nas crianças, adolescentes e nos Educadores Sociais. Essa busca insaciável por melhorias e adaptações é refletida sobre o tempo de permanência dos acolhidos, fazendo com que o acolhimento seja o melhor possível, sem que cause mais frustrações nesses sujeitos, pois chegam com uma fragilidade de acordo com as suas experiências.

É perceptível que as entrevistadas destacaram muitas atribuições e, mesmo não se repetindo entre elas, tais respostas levam à reflexão: Por que essas atribuições não são mencionadas em documentos oficiais? Como a Pedagoga 4 menciona, seria ótimo ter uma base do que pode ou não pode fazer no ambiente de trabalho, onde possa delimitar as suas atribuições. A gestão de documentos permite uma organização do trabalho, deixando mais simples a dinâmica das atividades desempenhadas. É importante que as funções de cada colaborador sejam bem definidas dentro do planejamento de cada local, neste caso do Acolhimento Institucional e do cargo da Pedagoga. Os documentos analisados anteriormente não

mencionam o trabalho da Pedagoga, apenas especificam a quantidade, perfil e as principais atividades executadas pela equipe técnica.

5.4 POSSÍVEIS INDICADORES DE DELIMITAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA PEDAGOGA

Nesta sessão, serão apresentados possíveis delimitadores de atribuições em relação ao cargo da Pedagoga que está inserida no Acolhimento Institucional. Essas atribuições contaram com o auxílio das respostas das entrevistadas e com a minha própria experiência durante a inserção de estágio. Este material tem como objetivo delimitar as atribuições da Pedagoga e auxiliar sua organização e rotina de trabalho.

Quadro 7: Atribuições de uma Pedagoga no Acolhimento Institucional

ATRIBUIÇÕES DE UMA PEDAGOGA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
<ol style="list-style-type: none"> 1- Acompanhamento pedagógico das crianças e adolescentes; 2- Orientar e auxiliar os educadores sociais no que for necessário; 3- Inserção do adolescente no espaço de profissionalização; 4- Criação de projetos dentro das casas ou nos núcleos residenciais; 5- Participar de reuniões com os educadores sociais; 6- Participar de reuniões com a equipe técnica; 7- Fazer visitas domiciliares com a equipe; 8- Participar da construção de documentos para o Juizado da Infância; 9- Participar da construção do PIA; 10- Fornecer amparo a guardiã quando for solicitado; 11- Fazer discussão de casos entre a equipe; 12- Dar apoio a rede de assistência social; 13- Organização da vida dos adolescentes antes de completar a maioridade; 14- Auxiliar na mediação de conflitos nas casas; 15- Estimular o vínculo e sensibilização com os professores; 16- Estimular que as crianças e adolescentes sejam os protagonistas de sua história; 17- Participar da organização de festas e eventos no abrigo;

- 18- Organizar a formação dos educadores sociais;
- 19- **Fazer a leitura dos diários das casas;**
- 20- Conversar com as crianças e adolescentes;
- 21- **Fazer o encaminhamento para o especialista quando necessário;**
- 22- **Acompanhamento de consulta que esteja ligada a área da pedagogia;**
- 23- **Organização de atividades extracurriculares para as crianças e adolescentes;**
- 24- **Quando possível fazer sondagem com as crianças e adolescentes;**
- 25- Se apropriar das histórias de vida das crianças e adolescentes;
- 26- **Fazer a melhor busca de vaga de escola de acordo com a necessidade do acolhido;**
- 27- **Buscar ferramentas de trabalho para os educadores sociais;**
- 28- **Solicitar parecer descritivo para o professor quando necessário;**
- 29- Fazer visitas nos abrigos residenciais;
- 30- **Acompanhamento nas entrevistas de trabalho dos adolescentes;**
- 31- Fazer vinculação com a família de origem, quando permitido;
- 32- **Escrever os adolescentes em cursos ou oficinas educativas;**
- 33- Pensar e orientar sobre a qualidade do acolhimento em conjunto com os profissionais;
- 34- **Estimular a participação das crianças e adolescentes na comunidade escolar e fora dela;**
- 35- **Verificar a lista de material para as crianças e adolescentes**
- 36- **Portfólio do bebê durante o período de acolhimento**

Fonte: Elaborada pela autora com base no acervo pessoal de registros documentados fornecidos pelas entrevistadas.

Nesse quadro foi possível destacar 36 atribuições que uma Pedagoga pode desempenhar no acolhimento, vale destacar que são possíveis delimitadores de atribuições, podendo servir como base do trabalho da Pedagoga, podendo fazer essas ou menos tarefas. O trabalho no Acolhimento Institucional não se faz sozinho e sim de uma forma multidisciplinar, integrando todas as áreas. Após analisar o quadro de possíveis atribuições que uma Pedagoga pode desempenhar no Acolhimento Institucional, recorde do Trabalho de Conclusão de Curso que utilizei

como uma das bases, a pesquisa de Silva (2021). A autora utilizou um quadro sobre as atribuições da Pedagoga, de acordo com os documentos oficiais da FPERGS. Algumas das atribuições que listei, se repetem neste documento do cargo da Pedagoga, entre elas são:

Quadro 8: Comparação das atribuições da Pedagoga

COMPARANDO AS ATRIBUIÇÕES
<ol style="list-style-type: none">1- Acompanhamento escolar (rendimento, matrícula, rematrícula, transferência);2- Inserção e acompanhamento profissional dos adolescentes;3- Participar de reuniões técnico-administrativas;4- Apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas na área;5- Proceder à avaliação técnica da situação de cada acolhido, atualizando permanentemente o prontuário individual;6- Elaborar, interdisciplinarmente, Plano de Atendimento Individual e Coletivo dos acolhidos;7- Orientar as equipes para o processo de desligamento do acolhido, preparando os adolescentes para a inclusão em cursos e estágios;8- Manter estreita relação com os operadores do programa que estão envolvidos diretamente no atendimento aos acolhidos, subsidiando-os tecnicamente

Fonte: Elaborado pela autora com base no acervo pessoal de registros documentados

6. A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E DA PEDAGOGA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A importância da Pedagogia é fundamental quando se trata de crianças e adolescentes na garantia de direitos e estimulação de pertencimento à sociedade. A Pedagoga faz parte da formação dos sujeitos, estando ou não em espaços escolares. A Pedagogia envolve trabalhar com pessoas, exigindo contato direto com pessoas que fazem parte do Acolhimento Institucional. O fazer pedagógico ocorre através de mediação, como mostrou esta pesquisa, e ela está presente em todos os cantos deste espaço, contribuindo na construção dos sujeitos. Como afirma Freire (1993):

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (p.104)

O curso de Pedagogia tem como foco principal a formação de educadores críticos da realidade sociocultural e educacional, possibilitando que o profissional atue em diversos espaços. A educação está em todos os lugares e onde existe educação, existe uma Pedagoga, transformando e agregando na formação e na vida de alguém. A Pedagogia é um conjunto de estratégias, técnicas e métodos de ensino-aprendizagem e social, com o intuito de compreender a educação, as pessoas e a vida. Há habilidades que não são ensinadas durante a formação e sim vamos construindo durante esse processo e fazendo descobertas enquanto Pedagoga. O olhar e a escuta sensível são mencionados durante o curso, mas só faz sentido quando se inicia a prática desse exercício.

O acolhimento, sendo um espaço educativo pedagógico, é essencial ter a presença da Pedagoga. É ela que desempenha específicas atribuições em relação a sua área com sua fala e escuta sensível. Os objetivos deste trabalho todos foram alcançados, portanto, foi possível analisar a ausência das atribuições em documentos oficiais, exceto no cargo e função da FPERGS. Em documentos oficiais está posta a presença da Pedagoga, mas não sendo de caráter obrigatório.

Portanto, durante a pesquisa foi possível entender as atribuições que uma Pedagoga desempenha no Acolhimento Institucional, porém muitas delas não são

voltadas para a área da Pedagogia. Mas, como é um trabalho multidisciplinar e envolve todos da equipe técnica, é feito em conjunto, ou pelo menos deveria ser. Após as entrevistas, e de acordo com a minha experiência, criei 36 indicadores de delimitação de atribuições que uma Pedagoga pode exercer no Acolhimento Institucional.

Das 36 atribuições listadas, 23 são de dimensão pedagógica, entre elas destaco algumas, como: o acompanhamento escolar geral das crianças e adolescentes, inscrição e acompanhamento do adolescente na inserção no mercado de trabalho, a busca da melhor vaga na escola de acordo com a necessidade da criança ou adolescente, sondagem dos acolhidos, estimular o vínculo e sensibilização com os professores e que as crianças e adolescentes sejam os protagonistas de sua história, criação de projetos, auxiliar os Educadores Sociais no que for necessário e entre outras atribuições.

Com esta pesquisa, me deparei com duas afirmações pertinentes: 1) Sendo um serviço da Política Nacional de Assistência Social que atua na proteção integral de crianças e adolescentes, sua natureza é por si pedagógica. 2) Sendo de natureza pedagógica a presença de profissionais da educação torna-se indispensável. No tocante aos resultados dessa pesquisa, as atribuições da Pedagoga nos Acolhimentos Institucionais são estruturais do cotidiano do serviço. É relevante salientar a importância e indispensável revisão nas orientações técnicas e normatizações que possam prever a Pedagoga como equipe mínima do Acolhimento Institucional, destacando sua presença obrigatória e suas atribuições. A presença da Pedagoga no Acolhimento institucional não pode ser uma escolha, mas uma política. Quando está disposto numa política torna-se um direito e reconhecimento do profissional. Tal como Freire nos ensinou, este Trabalho de Conclusão de Curso serve tanto como anúncio e denúncia da realidade do trabalho de Pedagogas em Acolhimento Institucional, cabendo a pergunta: Até quando a presença da Pedagoga é uma possibilidade e não uma obrigatoriedade?

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB - RH/SUAS**. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. 2005 acesso em 14/02/2022

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 14/02/2022

CAVALCANTE, L. I. C., BRITO, R. C. S., MAGALHÃES, C. M. C. (2005). **Crianças institucionalizadas: limites e riscos ao desenvolvimento**. In F. A. R. Pontes, C. M. C. Magalhães, R. C. S. Brito, & W. L. B. Martin (Orgs.), *Temas pertinentes à psicologia contemporânea* (pp. 327-353). Belém, PA: EDUFPA.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**, 2009. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

FERREIRA, F. C. **Mediação Pedagógica em Acolhimento Institucional e as Práticas com Crianças e Adolescentes nas Relações de Conflito**. Mestrado em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 124 f, 2014.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios** - Cortez Editora, 1993. Fonte: <https://citacoes.in/pesquisa/?h=PAULO+FREIRE+SOBRE+PROFESSOR>. Acesso em 10 de de abril de 2022.

GUARÁ, M. F. R. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec: Educação Integral, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006

GULASSA, M. L. C. R. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos sobre a Criança e o adolescente; 2010

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. p.112.

SILVA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária.** Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68 Acesso em 04 de Abr. de 2022.

SILVA, S.A.P. **Estudo de caso em Acolhimento Institucional: O papel e a importância da pedagoga.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

SOUZA, C. B. de; SANCHEZ, M. M. **A importância do educador social no desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada.** Cippus Unisalle, Canoas, v. 7, n. 2, p. 11-28, nov. 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/3129>. Acesso em: 1 de nov. de 2018.

VARGAS, T. M. **O trabalho pedagógico no acolhimento institucional: A potência do transitório e excepcional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO QUESTIONÁRIO

Prezada Sra.

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvido pela graduanda Valeska Pereira de Oliveira, com a coordenação da Prof. Karine dos Santos, intitulada “A Atuação da Pedagoga no Âmbito do Acolhimento Institucional”. Abaixo, esclarecemos os objetivos da pesquisa e as condições de participação.

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade analisar as narrativas de pedagogas inseridas no Acolhimento Institucional frente às suas experiências formativas no campo social, comparando suas contribuições e refletindo sobre as ações desenvolvidas.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa uma graduanda, a orientadora e (4) pedagogas.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao aceitar participar deste estudo você preencherá um questionário online, com previsão de quinze minutos para o seu preenchimento. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo pode entrar em contato com a Prof. Karine dos Santos e/ou a graduanda Valeska Pereira de Oliveira.

SOBRE O QUESTIONÁRIO: Serão solicitadas algumas informações pessoais, perguntas de escolhas simples e respostas dissertativas sobre a sua experiência na Educação e no Acolhimento Institucional.

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos decorrem da possibilidade de algum constrangimento, considerando que as questões a serem abordadas estão estreitamente vinculadas às percepções individuais de cada pedagoga. Para minimizá-lo, a participante tem liberdade de se recusar a responder o questionário ou solicitar a não utilização das suas respostas, tendo a sua inscrição interrompida e/ou cancelada a qualquer momento, respeitando o seu interesse.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Para isso, além da utilização de nomes fictícios, procederemos com o cuidado para preservar a identidade de cada envolvido.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, colaborando de forma contributiva para a formação em Pedagogia e profissionais inseridos neste campo social.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Nome e assinatura do participante

Coordenadora da pesquisa

Porto Alegre, ____ de setembro de 2021.

Agradecemos a sua autorização e a participação, desde já. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Para isso, basta entrar em contato com:

Pesquisadora Responsável:

Orientadora: Karine dos Santos,

Graduanda: Valeska Pereira de Oliveira